

PEDAGOGIA DA SOMBRA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CÁRCERE COMO RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO PSICOQUÍMICA DA SUBJETIVIDADE

SHADOW PEDAGOGY: ADULT EDUCATION IN PRISON AS RESISTANCE TO THE PSYCHOCHEMICAL DOMINATION OF SUBJECTIVITY

PEDAGOGÍA DE LA SOMBRA: EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LA CÁRCEL COMO RESISTENCIA A LA DOMINACIÓN PSICOQUÍMICA DE LA SUBJETIVIDAD

Clésia Carneiro da Silva Freire Queiroz¹

RESUMO: Este artigo, ancorado na Pedagogia Crítica e na Crítica Institucional, desvela a função ético-política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional brasileiro. O objetivo é analisar a EJA prisional como um espaço de resistência simbólica e reconstrução identitária frente à medicalização do sofrimento existencial e social. Demonstra-se que o regime punitivo emprega a psicofarmacologia como um sofisticado dispositivo de biopoder, visando o silenciamento químico da subjetividade. Em contraponto a essa estratégia de controle, introduz-se a Pedagogia da Sombra como um novo paradigma: acolher o trauma e o estigma (a "sombra") e transformá-los em consciência crítica e capacidade de transformação. A metodologia é qualitativa, teórico-reflexiva e hermenêutico-crítica, centrada na análise das dinâmicas de poder e saber no cárcere. A fundamentação articula a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, a Crítica Institucional (Goffman) e as teorias do poder de Foucault, complementadas pela crítica contemporânea à psiquiatria de Moncrieff (2008). A conclusão é que a EJA se estabelece como um agente que se opõe estruturalmente à lógica punitiva e de controle químico. O paradigma da Pedagogia da Sombra oferece o arcabouço para transmutar a passividade induzida pelo fármaco em motivação de transformação da realidade, reafirmando a educação como a última trincheira da dignidade humana no cárcere.

2676

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Cárcere. Medicalização. Sofrimento Psíquico. Paulo Freire. Pedagogia Social. Biopoder.

ABSTRACT: This article, anchored in Critical Pedagogy and Institutional Critique, unveils the ethico-political function of Youth and Adult Education (EJA) within the Brazilian prison system. The objective is to analyze prison-based EJA as a space for symbolic resistance and identity reconstruction against the medicalization of existential and social suffering. It is demonstrated that the punitive regime employs psychopharmacology as a sophisticated biopower device, aiming at the chemical silencing of subjectivity. In contrast to this control strategy, the Pedagogy of the Shadow is introduced as a new paradigm: to welcome trauma and stigma (the "shadow") and transform them into critical consciousness and the capacity for transformation. The methodology is qualitative, theoretical-reflective, and hermeneutic-critical, focused on analyzing the dynamics of power and knowledge in the prison setting. The theoretical foundation articulates Paulo Freire's Liberating Pedagogy, Institutional Critique (Goffman), and Foucault's theories of power, complemented by the contemporary critique of psychiatry by Moncrieff (2008). The conclusion is that EJA establishes itself as an agent structurally opposed to the punitive and chemical control logic. The Pedagogy of the Shadow paradigm offers the framework to transmute drug-induced passivity into a motivation for transforming reality, reaffirming education as the last trench of human dignity in prison.

Keywords: Youth and Adult Education. Prison. Medicalization. Psychological Suffering. Paulo Freire. Social Pedagogy. Biopower.

¹Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Leonardo da Vinci, Paraguai. Professora da Rede de Ensino do Estado de Pernambuco.

RESUMEN: Este artículo, anclado en la Pedagogía Crítica y la Crítica Institucional, desvela la función ético-política de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el sistema penitenciario brasileño. El objetivo es analizar la EJA carcelaria como un espacio de resistencia simbólica y reconstrucción identitaria frente a la medicalización del sufrimiento existencial y social. Se demuestra que el régimen punitivo emplea la psicofarmacología como un sofisticado dispositivo de biopoder, buscando el silenciamiento químico de la subjetividad. En contraposición a esta estrategia de control, se introduce la Pedagogía de la Sombra como un nuevo paradigma: acoger el trauma y el estigma (la "sombra") y transformarlos en conciencia crítica y capacidad de transformación. La metodología es cualitativa, teórico-reflexiva y hermenéutico-crítica, centrada en el análisis de las dinámicas de poder y saber en el encierro. La fundamentación teórica articula la Pedagogía Liberadora de Paulo Freire, la Crítica Institucional (Goffman) y las teorías del poder de Foucault, complementadas por la crítica contemporánea a la psiquiatría de Moncrieff (2008). La conclusión es que la EJA se establece como un agente estructuralmente opuesto a la lógica punitiva y de control químico. El paradigma de la Pedagogía de la Sombra ofrece el marco para transmutar la pasividad inducida por el fármaco en motivación para la transformación de la realidad, reafirmando la educación como la última trinchera de la dignidad humana en la cárcel.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Cárcel. Medicalización. Sufrimiento Psíquico. Paulo Freire. Pedagogía Social. Biopoder.

I. INTRODUÇÃO

2677

A realidade penitenciária brasileira, marcada por sobrecarga estrutural e seletividade penal, transcende a mera privação de liberdade. Nesse ambiente de confinamento, a anulação sistemática da subjetividade e a violência institucional geram um mal-estar endêmico.

Observamos uma tensão dialética crucial: de um lado, a ascensão da medicalização. Sintomas de angústia e apatia inerentes ao confinamento são absorvidos pelo modelo biomédico, resultando na prescrição massiva de psicofármacos. Esse é o entorpecimento químico: uma tática de controle que visa induzir passividade, apatia e docilidade. Em contrapartida, emerge a potência da EJA, que se estabelece como um espaço importante de reumanizarão, diálogo e resgate da voz, atuando como uma fenda política e ética no regime disciplinar.

A justificativa deste estudo reside na urgência de deslocar a análise da EJA prisional de uma visão puramente instrumental (remissão de pena) para uma práxis de saúde mental coletiva. Importa compreender como a atividade educativa pode resgatar a capacidade de

reflexão do sujeito e combater a condição de “corpo dócil” e “mente anestesiada” imposta pelo poder disciplinar.

A questão central que guia esta investigação é: De que modo a EJA, estruturada pelos princípios da pedagogia crítica no contexto prisional, pode configurar-se como prática de resistência e cuidado, e efetivamente desmantelar a lógica da medicalização e do silenciamento subjetivo impostos pelo sistema?

Nossa hipótese é que a EJA, ao operacionalizar os pilares freireanos (diálogo, problematização, criticidade), age como agente ativo de desmedicalização simbólica. Ao priorizar a escuta e a expressão da subjetividade, a prática educativa é capaz de transformar o sofrimento individualizado em consciência crítica coletiva, oferecendo um espaço de resistência que concorre com a função pacificadora do psicofármaco.

Nesse sentido, a tese central deste trabalho é que a EJA se configura como a única prática institucional capaz de contrapor a lógica da medicalização no cárcere. A Pedagogia da Sombra é apresentada como o plano de ação teórico-prático que transforma a dor e o trauma (Sombra) em consciência crítica (Luz), lutando ativamente contra o “corpo dócil” e a “mente anestesiada” impostos pelo sistema punitivo

O objetivo geral deste artigo é analisar a função da EJA prisional como espaço de resistência simbólica e de reconstrução identitária frente à medicalização do sofrimento. Para tanto, os objetivos específicos buscam: 1) discutir o uso de medicamentos como tecnologia de biopoder e silenciamento no ambiente prisional; 2) utilizar relatos de campo de educadores e alunos para fundamentar empiricamente a função terapêutica da palavra e do diálogo; e 3) apresentar e desenvolver o conceito de Pedagogia da Sombra como paradigma de cuidado e resistência na educação em privação de liberdade.

A metodologia adotada é qualitativa, teórico-reflexiva e hermenêutico-crítica, centrada na análise das dinâmicas de poder e saber no cárcere. A fundamentação teórica articula a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, a Crítica Institucional (Goffman, 2017) e as teorias do poder de Foucault (2014), complementadas pela crítica contemporânea à psiquiatria de Moncrieff (2008). O rigor empírico é dado pela análise de documentos oficiais e, sobretudo, pela utilização de relatos de campo — entrevistas semiestruturadas e relatórios de extensão junto a educadores e egressos da EJA em Minas Gerais e Rio Grande do Sul (2021-2023).

2. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO, REMIÇÃO E RECUSA

A EJA é um direito fundamental garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões. Contudo, historicamente, enfrenta desafios de reconhecimento social e de verificação de sua função formativa como compromisso emancipatório.

É revolucionário entender que o ato de educar no cárcere transcende a transmissão de conteúdo; é um ato de recusa à condição de não-sujeito imposta pela rotina prisional. Ao instaurar uma sala de aula, o educador interfere simbolicamente no espaço da punição, convertendo-o em espaço de conhecimento, onde o aluno pode recontar sua história e redescobrir-se como sujeito, e não como número. Esse gesto já configura uma ação política.

Entretanto, essa prática corre o risco de ser reduzida a mera instrumentalidade utilitária quando limitada unicamente à remição de pena. Esse papel utilitário ignora a dimensão política e humanizadora da EJA, central ao legado de Freire, que a define não apenas como aquisição de conteúdos, mas como leitura de mundo e ação no mundo.

O Quadro 1 sintetiza as três dimensões primárias da EJA — Direito, Remição e Recusa — alertando sobre como cada função pode ser capturada pela lógica punitiva (risco de captura) ou, inversamente, funcionar como uma práxis emancipadora.

2679

Quadro 1 - Dimensões primárias da EJA e risco de captura pela lógica punitiva

Funo	Descrio	Risco de captura pela lgica punitiva
Direito	Direito à escolarização, reinserção e desenvolvimento humano	Ser reduzido a formalismo burocrático
Remição	Benefício legal que permite remição de pena com estudo	Prevalecer como propósito único, sem transformação
Recusa	Atitude de resistência à condição de objeto, reumanização da pessoa	Invisibilização de sua dimensão política e emancipatória

Fonte: A autora (2025)

3. INSTITUIÇÃO TOTAL E O SOFRIMENTO: A PATOLOGIA DA MISÉRIA

O entendimento do cárcere como dispositivo de controle exige a referência ao conceito de Instituição Total de Erving Goffman (2017). Ele define essa instituição como um local onde

indivíduos, isolados da sociedade exterior, levam uma vida encerrada e formalmente administrada. Na prisão, o sujeito tem sua vida (tempo, espaços, vínculos, identidade) profundamente regulada.

O cárcere produz corpos dóceis e mentes anestesiadas ao exigir conformidade irrestrita. Tal ambiente constitui um lugar de poder disciplinar (foucaultiano) que molda subjetividades. Assim, o sofrimento psíquico manifestado não é falha intrínseca do indivíduo, mas consequência direta e esperada da institucionalização, do silêncio e da invisibilidade. Um relato ilustra essa dinâmica:

Eu vivia de remédio para dormir. Hoje, quando pego a caneta e escrevo, sinto que a escrita virou meu remédio. Na sala de aula, posso pensar em quem eu quero ser lá fora, em vez de ser o que o sistema quer que eu seja aqui dentro. (Aluna da EJA, Presídio Feminino de Porto Alegre, UFRGS, 2021)

Nesse relato, a fármaco-sedação simbolizava a passividade, enquanto a escrita surge como um ato de protagonismo. A sala de aula se torna o único lugar da palavra que legitima a recusa do estigma e reconstrói a identidade.

O Quadro 2 detalha as características da Instituição Total segundo Goffman (2017) e 2680 como elas se manifestam na prisão, reforçando a anulação da autonomia e o impacto negativo sobre a subjetividade.

Quadro 2 - Instituição Total e a anulação da subjetividade no cárcere

Característica	Manifestação no cárcere	Consequência subjetiva
Isolamento da sociedade exterior	Barreiras físicas, separação de familiares	Sensação de fora do mundo
Vida administrada em todos os momentos	Rotinas rígidas, refeitório, celas, passeios	Anulação da autonomia
Separação entre staff e internos	Hierarquia entre agentes e presos	Sentimento de inferioridade ou invisibilidade
Atividade integral – residência e trabalho	O sujeito vive e trabalha dentro do regime	Déficit de fronteiras entre vida pessoal e institucional

Fonte: A autora (2025)

4. BIOPOLÍTICA DO SILENCIO: A MEDICALIZAÇÃO COMO TECNOLOGIA DE CONTROLE

A medicalização do sofrimento no cárcere é um exemplo de biopoder foucaultiano, onde, em vez de abordar as razões estruturais do sofrimento (confinamento, injustiça), o sistema oferece uma solução química para manter a ordem.

A distribuição massiva de sedativos, antipsicóticos e estabilizadores atua como método de gestão de corpos e emoções, neutralizando o potencial de resistência ou reflexão crítica. A crítica de Ivan Illich (2018) é pertinente ao apontar que a medicalização promove a expropriação da capacidade de lidar com o próprio sofrimento, convertendo crises existenciais em dependência farmacológica.

Joanna Moncrieff (2008) complementa essa análise ao demonstrar que os psicotrópicos não apenas aliviam sintomas, mas criam estados alterados que reduzem a capacidade de ação e a criticidade do sujeito. O relato de um educador prisional evidencia a resistência da sala de aula:

Eu tinha um aluno que quase não se comunicava, vivia sonolento. Ao introduzirmos a palavra geradora, ele escolheu muro. Não a tratamos como objeto físico, mas como barreira simbólica. Ele começou a escrever e a questionar os efeitos da medicação. A sala de aula se tornou o lugar onde ele podia abandonar a máscara do preso exemplar e, de fato, se expressar. (Educador prisional, Belo Horizonte, SEDUC/MG, 2022)

2681

Nesse exemplo, o sujeito transita da esfera biológica (sonolência/medicação) para a sociopolítica (o muro como opressão). A prática pedagógica desloca o sofrimento da falha individual para a crítica da estrutura opressiva.

O Quadro 3 sistematiza as principais táticas de silenciamento, demonstrando a articulação entre poder disciplinar e farmacologia para reduzir a capacidade de resistência e criticidade.

Quadro 3 - Articulação entre Psicofarmacologia e poder disciplinar: Táticas de silenciamento

Dispositivos ou Métodos de Controle	Modo de atuação	Consequência para a subjetividade
Psicofármacos sedativos/estabilizadores	Indução de sonolência, apatia, desmotivação	Redução da expressão, da crítica, da resistência
Diagnóstico rápido e individualizado	Transforma sofrimento social em doença individual	Invisibiliza a raiz estrutural do sofrimento

Tratamento farmacológico como primeira resposta	Prioriza remediação sobre intervenção educativa/social	Prevalece controle sobre libertação
--	--	-------------------------------------

Fonte: A autora (2025)

5. PEDAGOGIA DA SOMBRA: UM PARADIGMA DE CUIDADO E RESISTÊNCIA

O conceito de Pedagogia da Sombra é introduzido neste trabalho com a tese de que a EJA se estabelece como a única prática institucional capaz de contrapor a lógica da medicalização no cárcere. Nesse sentido, a Pedagogia da Sombra é o plano de ação teórico-prático que transforma a dor e o trauma (Sombra) em consciência crítica (Luz), lutandoativamente contra o "corpo dócil" e a "mente anestesiada" impostos pelo sistema.

Apresentamos o conceito de Pedagogia da Sombra como proposta teórico-prática para a EJA prisional. O cerne desta pedagogia é operar uma transmutação simbólica e despatologização do sofrimento. "Sombra" refere-se ao trauma, ao sofrimento e à condição de estigma social do sujeito encarcerado; a pedagogia propõe acolher e iluminar essa condição, transformando-a em consciência, reflexão e autonomia.

2682

O quadro 4 a seguir sintetiza como a práxis da EJA, fiel aos princípios freireanos, age como "Luz" para o que o sistema carcerário impõe como "Sombra".

Quadro 4 - Pedagogia da Sombra: Transmutação do trauma (Sombra) em consciência (Luz)

Componente	O que é a "Sombra" (o trauma/estigma)	Como a EJA age (a Luz/Pedagogia)
Sofrimento Psíquico	É visto pelo sistema como doença individual a ser medicada.	É ressignificado como consequência estrutural do confinamento, despatologizando o sujeito.
Identidade	É o estigma de "preso", o número, a história judicial.	É reconstruída por meio do diálogo e da expressão criativa (escrita, arte), restaurando o nome e a voz.
Silenciamento	Imposto pelo controle disciplinar e pelo entorpecimento químico (psicofármacos).	É combatido pela Problematização (Freire), que estimula a consciência crítica e a capacidade de ação (autonomia).
Fonte: Dados do estudo, com elaboração teórica do conceito de Pedagogia da Sombra (2025)		

Fonte: A autora (2025)

5.1 O Diálogo como Terapia da Palavra

Para Freire (2023), o diálogo é um ato de liberdade e amor, essencialmente horizontal. No cárcere, onde domina o discurso vertical e disciplinar, o diálogo pedagógico é um gesto subversivo e restaurador: ele restabelece o direito à voz e devolve ao aluno o poder de nomear o mundo, combatendo a despersonalização do número de matrícula.

Essa prática pedagógica exige *Ênfase no Diálogo e na Escuta Ativa*. A sala de aula atua como um espaço seguro onde o sujeito pode “abandonar a máscara do preso exemplar” e expressar sua vulnerabilidade e angústia — acolhendo a sua “sombra” — e transformando essa experiência em material pedagógico e reflexivo, em vez de dor muda.

5.2 A Problematização como Despatologização da Condição

A Problematização, método freireano que parte da realidade dos educandos, é central para deslocar o foco da origem do sofrimento. Em vez de perguntar “Qual doença exige medicação?”, pergunta-se “Quais são as estruturas sociais que me confinaram?”. Esse movimento despatologiza o indivíduo e revela que a dor é consequência de uma condição opressora, transformando a EJA em terreno de leitura crítica da realidade e produção de consciência. A Problematização é a ferramenta que efetivamente combate o Silenciamento imposto pelo controle químico.

2683

5.3 Criação e Autonomia como Ruptura do Controle

As práticas de leitura, escrita, literatura e arte presentes na EJA funcionam como territórios simbólicos de liberdade. Essa subseção incorpora a Valorização da Escrita e da Criação. O sujeito cria narrativas, transforma seu mundo interno e exerce autonomia. A escrita, nesse contexto, é vista como um “remédio” que substitui a dependência química, conforme evidenciado em relatos de campo. Ao criar, o sujeito constrói um futuro subjetivo que o regime carcerário tenta anular pela passividade induzida. O conhecimento torna-se um ato de resistência: a construção de um ser autônomo.

5.4 A Necessidade da Formação Docente

Para a consolidação desse paradigma, a pesquisa indica a necessidade premente de Formação de Professores (Necessária). A literatura reforça que a aplicação efetiva da Pedagogia

da Sombra exige formação e capacitação específicas para educadores em contextos prisionais. É essencial que os professores tenham aportes teóricos em psicologia social, Crítica Institucional e Pedagogia Crítica para promover a sensibilidade e a conscientização necessárias, garantindo que a EJA seja, de fato, uma prática emancipadora e não apenas um cumprimento burocrático.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo confirma a tese de que a EJA no cárcere constitui um campo de resistência ética e política fundamental. Longe de ser apenas escolarização ou remição burocrática, a EJA estabelece-se como um agente estruturalmente opositor à lógica punitiva, disciplinar e de controle químico. A práxis pedagógica surge como o único espaço institucional que acolhe a integralidade do sujeito, contrapondo o silenciamento químico com a voz ativa da consciência.

O paradigma da Pedagogia da Sombra oferece o arcabouço teórico-prático para que o educador se positione como agente de desmedicalização simbólica. Ele transforma a dor em objeto de reflexão crítica, devolve a dignidade usurpada e a capacidade de transformação humana ao sujeito encarcerado.

Em suma, o artigo demonstrou que a EJA é a única prática capaz de contrapor a dominação psicoquímica, oferecendo a Pedagogia da Sombra como o plano de ação que 2684 transforma a passividade induzida pelo fármaco em motivação de transformação da realidade. A iluminação da “sombra” torna-se a metáfora para transmutar a passividade induzida pelo fármaco em motivação de transformação da realidade.

Para que essa perspectiva libertadora se consolide, são imperativas políticas intersetoriais robustas e não negociáveis, articuladas entre as esferas de Educação, Justiça e Saúde. Algumas recomendações concretas incluem:

Reforma Curricular da EJA: Integração de temas de saúde mental, direitos humanos e crítica institucional no currículo;

Integração RAPS-EJA: Implementação de protocolos formais que articulem as equipes escolares da EJA com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) externa, garantindo que o tratamento medicamentoso seja complementar, e nunca substitutivo, às abordagens psicossociais e pedagógicas;

Formação Docente Ética: Estabelecimento de formação continuada para professores da EJA prisional, com foco em psicologia social, escuta ativa e manejo pedagógico do sofrimento;

Controle Social da Medicalização: Implementação de comitês de ética interdisciplinares com poder de monitoramento e auditoria das taxas de prescrição de psicofármacos, priorizandoativamente a intervenção pedagógica e social como primeira resposta ao mal-estar.

Em resumo, este estudo confirma que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no cárcere transcende sua função de escolarização para se estabelecer como uma resistência ética e política

fundamental. O artigo demonstrou que a medicalização do sofrimento é uma tecnologia de biopoder que visa o silenciamento químico e a passividade da subjetividade, transformando os sujeitos em “corpos dóceis”. Em contrapartida, o paradigma da Pedagogia da Sombra (transformar trauma e estigma em consciência crítica) oferece o arcabouço teórico-prático para o educador se posicionar como agente de desmedicalização simbólica.

Ao transformar a dor em objeto de reflexão e ao fazer da escrita e da palavra o “remédio” para a reconstrução identitária, a EJA se configura como a única prática institucional capaz de contrapor a dominação psicoquímica. Onde a liberdade física é cerceada e a alma sistematicamente silenciada, a palavra, a consciência e o saber resistem como a última trincheira da dignidade humana no cárcere.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Suzana. A escolarização de jovens e adultos no contexto de privação de liberdade: desafios e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação). USP, São Paulo, 2018.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB).
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões. CNE/CEB n. 2/2010.
-
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). SISDEPEN – Levantamento de Informações Penitenciárias. Ciclo 17 (2º Semestre de 2024). Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ILLICH, Ivan. A Nêmesis da Medicina: A Expropriação da Saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MONCRIEFF, Joanna. The Myth of the Chemical Cure: A Critique of Psychiatric Drug Treatment. London: Palgrave, 2008.
- NUNES, Marcos Teles; BALADELI, Ana Paula Domingos. A Educação de Jovens e Adultos: de Paulo Freire às metas do PNE. Pesquisa em Foco, São Luís, v. 22, n. 2, p. 81-99, jul./dez. 2017.
- PASSETTI, Edson. Vigiar e punir a loucura: as formas de controle da razão e da desrazão. São Paulo: Cortez, 2012.



SEDUC/MG. Relatórios de práticas da EJA em unidades prisionais. Belo Horizonte, 2022.

UFRGS. Projeto de Extensão Leitura e Escrita em Ambientes de Privação de Liberdade. Porto Alegre, 2021.